

Mais dois dias de prejuízo

» ROBERTA ABREU
» THALITA LINS

O motoboy Erisneudo de Sousa Matias, 21 anos, ficou ferido ao sofrer um acidente de trânsito, na tarde da última segunda-feira, em Vicente Pires. Depois de registrar ocorrência na 4ª Delegacia de Polícia (Guará), o jovem precisou ser encaminhado para o Instituto de Medicina Legal (IML). Lá, ele seria submetido ao exame de corpo de delito, mas teve o atendimento negado por um dos servidores do local. Erisneudo saiu do local sem realizar o procedimento. "O policial falou que só fazia avaliação em casos graves e que o meu não seria, mas eu estava machucado e com dores. Me senti constrangido", desabafou o rapaz. O IML também teve o serviço reduzido com a greve, que completa 64 dias hoje.

Casos como o do motoboy continuam se repetindo nas delegacias espalhadas pelo DF. Ontem, os policiais civis estiveram reunidos em assembleia e decidiram adiar, para amanhã, a deliberação sobre o fim do movimento. O sindicato da categoria (Sinpol-DF) acenou com a possibilidade de um entendimento com o governo local e apresentou para os agentes uma suposta ideia de reajuste salarial de 15,8%, equivalente ao oferecido pelo governo federal aos policiais federais. No entanto, o secretário de Administração Pública, Wilmar Lacerda, afirmou não haver, oficialmente, uma proposta.

"Existe uma proposta aos policiais federais feita pelo governo federal. Os delegados aceitaram e fomos autorizados a fazer essa mesma sugestão somente aos delegados da Polícia Civil, inicialmente", explicou o chefe da pasta. Segundo ele, o reajuste é definido entre os governos federal e local, mas o Executivo busca uma solução que atenda ao conjunto da segurança pública do DF, que engloba também os policiais militares e os bombeiros. "Não podemos tratar de maneira diferenciada. Ainda não temos essa negociação com bombeiros e PM", completou Wilmar Lacerda.

O mal-entendido, segundo o secretário, é decorrente da discussão

Janine Moraes/CB/D.A Press



Agentes da Polícia Civil se reuniram ontem em frente ao Palácio do Buriti: deliberação sobre o fim do movimento foi adiada para amanhã

» Três perguntas para

CIRO DE FREITAS, presidente do Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol-DF)

Se o governo não aceitar a proposta da categoria, os policiais civis do DF pretendem continuar com o movimento grevista até quando?

A greve tem hora e data para começar, mas não tem hora e data para terminar. A partir do momento em que ela inicia, depende pura e exclusivamente de um posicionamento por parte do governo. Então, a greve está demorando a ter uma solução justamente pela falta de postura do governo, que tem de apresentar propostas reais para a categoria. Eles (governo), em duas oportunidades, já falharam com os policiais. Em janeiro e em outubro de 2011. Foram duas greves realizadas e o governo pediu para que os policiais interrompessem e nós atendemos. No entanto, o governo não

atendeu aos pleitos. Então, essa greve está demorando porque a categoria não confia mais no governo.

A população reclama desse movimento grevista e diz que a imagem dos policiais civis está desgastada. Isso não é ruim para a categoria? Não enfraquece a corporação?

O movimento de greve desgasta não só a categoria, não só a instituição, mas o governo também. Quando a categoria entra no movimento grevista, ela sabe dos riscos que corre. A questão do desgaste rapidamente se recupera, já que a Polícia Civil do DF é uma corporação muito valorosa e com ótimos resultados em serviços do estado para a sociedade.

que trata da isonomia entre as polícias Civil e Federal. "A tabela é a mesma. Então, em tese, o que se oferta lá, se oferta cá. Não fizemos nada por escrito", completou Lacerda. Para o vice-presidente do Sinpol, Luciano Marinho, há uma

comodidade do governo. "A gente pede que apresentem uma proposta oficialmente, mas não dão. Subjetivamente, apresentam. É a palavra do governo contra a nossa e a resposta da categoria é a falta de polícia nas ruas,

no atendimento nas delegacias. Se o GDF não se manifestar, a greve continua", garantiu Marinho.

Os rumos da greve serão definidos amanhã, em outra reunião marcada para as 15h, em frente ao Palácio do Buriti. Na tarde de

Somando as três últimas greves da categoria — a que ocorreu em março e outubro do ano passado e a atual —, já são mais de 125 dias de braços cruzados. Vocês viram que esse tipo de tática não adianta. A categoria vai tentar reivindicar de outra forma?

Nós, antes de deflagrarmos a greve, ficamos quase um ano cobrando do governo a implementação. Nós tentamos várias formas de cobrar. Colocamos anúncios na imprensa, alertamos a população. E o governo se mostrou inerte diante de todas essas cobranças da categoria. Não nos restou uma outra opção se não a deflagração da greve. A greve é sempre o último mecanismo utilizado pela categoria. Nesse caso, não nos restou outra alternativa.

ontem, cerca de 2 mil agentes participaram de uma assembleia. A possível proposta de 15,8% dividiu a categoria, que preferiu tratar do assunto amanhã, quando acabava o último prazo estabelecido. O principal pleito dos agentes é a

» Cabo de guerra

Principais reivindicações

- » Reestruturação da carreira
- » Implementação do plano de saúde
- » Transformação do cargo de agente penitenciário
- » Aumento do efetivo

O que o governo ofereceu

- » Reajuste de 15,8%, parcelado em três anos
- » Implementação do plano de saúde a partir de janeiro
- » Mudança de nomenclatura de agentes penitenciários para agentes de polícia de custódia
- » Realização de concurso para 3.029 policiais em 2013

reestruturação de carreira. "Ela engloba as perdas inflacionárias de 2006 para cá e torna a carreira mais atrativa. A cada ano, haveria uma melhoria, uma progressão natural", explicou Ciro de Freitas, presidente do Sinpol-DF.

Reivindicações

Três das quatro reivindicações estão em vista de serem atendidas. O governo propôs a implantação do plano de saúde a partir de janeiro do próximo ano, a contratação de 3.029 agentes por meio de concurso público a ser realizado em 2013 e a incorporação dos agentes penitenciários à Polícia Civil. Segundo o GDF, a minuta de projeto de lei para essas mudanças já está pronta. Enquanto a categoria não retoma as atividades, somente os crimes contra a vida são registrados nas delegacias, como estupro, homicídio e sequestro relâmpago. Os crimes de menor potencial ofensivo, como furto, lesão corporal e acidentes de trânsito sem vítima, não geram ocorrência.